

A dívida não *Externo* é rebaixada

por Paulo Sotero
de São Paulo

As autoridades norte-americanas que supervisionam a qualidade das carteiras de empréstimos internacionais dos bancos dos EUA decidiram não alterar a classificação dos ativos brasileiros, que continuará na categoria "substandard", para a qual eles foram rebaixados no primeiro semestre, após a decretação da suspensão de pagamentos de juros da dívida de médio e longo prazo pelo governo brasileiro.

A ameaça da reclassificação pelo Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), que se reúne três vezes por ano, foi o fator que empurrou o governo brasileiro e o comitê de bancos credores ao acordo preliminar de suspensão da moratória, anunciado na madrugada da sexta-feira passada.

Pelos critérios estabelecidos pelo ICERC, os empréstimos são rebaixados de "substandard" para "value impaired" quando não recolhem juros há mais de 180 dias e o credor não está em negociações seja com os bancos, seja com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com vistas a uma retomada de pagamentos. Os bancos são, nesse caso, obrigados a provisionar reservas específicas contra seus empréstimos ao país inadimplente, num montante equivalente a 10% de seu portfólio, no primeiro ano.

Embora tenha reconduzido o Brasil à mesa de negociações com credores e tenha, ainda, colocado o País na rota de um acordo com o FMI, o entendimento preliminar que o Brasil alcançou com os bancos na semana passada não remove a ameaça de forma perma-

nente. "Se o acordo não gerar os resultados previstos, a possibilidade da reclassificação voltará a ser discutida na próxima reunião do ICERC", disse a este jornal uma fonte do governo norte-americano. A próxima reunião da comissão deverá ocorrer em fins de fevereiro.

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, que intercedeu pessoalmente junto aos governos do Japão e da Europa para que esses convencessem os grandes bancos de seus respectivos países a participar do empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões que eles devem conceder ao Brasil, em troca da suspensão da moratória e da ida do País ao FMI, considerava a reclassificação da dívida brasileira como "um ponto de não retorno".

Ele disse isso pessoalmente ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, numa reunião que tiveram no dia 8 de setembro último, quando aproveitou para fechar o caminho a qualquer renegociação de tipo não convencional na qual o governo brasileiro parecia, então, tentando embarcar. Embora tenha, no início, procurado minimizar a importância da ameaça da reclassificação, afirmando que se tratava de um problema entre os bancos e o governo dos EUA, as autoridades econômicas brasileiras aceitaram gradualmente os argumentos e a ameaça de Washington. Tanto que a fórmula inicial da proposta de acordo de suspensão da moratória, que o Brasil apresentou aos bancos, foi armada a quatro mãos por altos funcionários do Federal Reserve Board e do Departamento do Tesouro, em consulta com o principal negociador brasileiro, Fernão Bracher.